



ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ASSESSORIA ATUARIAL S/S LTDA.

São Paulo, 18 de março de 2024.

Ao

Instituto de Previdência e Assistência do Município de Alegre – IPASMA

**Ref.: Viabilidade financeira, fiscal e orçamentária do plano de custeio
suplementar**

Em atendimento a Portaria MTP nº1.467/2022 em seu artigo 25 que traz a obrigação aos dirigentes e membros do conselho deliberativo e fiscal do RPPS e os gestores e representantes legais do ente deliberativo, pautar suas ações pela sustentabilidade de longo prazo do regime.

De forma mais detalhada em seu art. 64, conforme abaixo:

“Art. 64. Deverão ser garantidos os recursos econômicos suficientes para honrar os compromissos estabelecidos no plano de custeio e na segregação da massa, cabendo ao ente federativo demonstrar a adequação do plano de custeio do RPPS à sua capacidade orçamentária e financeira e aos limites de gastos com pessoal impostos pela Lei Complementar nº 101, de 2000.

§ 1º Os estudos técnicos de implementação e revisão dos planos de custeio, inclusive de equacionamento de déficit atuarial e de alteração da estrutura atuarial do RPPS, deverão avaliar a viabilidade financeira, orçamentária e fiscal para o ente federativo conforme Demonstrativo de Viabilidade do Plano de Custeio, observados o disposto no Anexo VI, a estrutura e os elementos mínimos previstos do modelo disponibilizado pela SPREV na página da Previdência Social na Internet.

§ 2º Os conselhos deliberativo e fiscal do RPPS deverão acompanhar as informações do demonstrativo de que trata este artigo, as quais serão, ainda, encaminhadas aos órgãos de controle interno e externo para subsidiar a análise da capacidade orçamentária, financeira e fiscal do ente federativo para cumprimento do plano de custeio do RPPS. ”

“Art. 50 (...)

§4º A responsabilidade pelas informações a serem prestadas no demonstrativo previsto no §2º relativas às projeções atuariais do RPPS é do atuário e, pelos dados contábeis,



ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ASSESSORIA ATUARIAL S/S LTDA.

financeiros, orçamentários e fiscais, do representante legal do ente federativo e do dirigente da unidade gestora do RPPS. ”

Conforme grifo acima, o modelo de Viabilidade Orçamentaria foi publicado pela SEPREV em seu site 16/11/2023, atualizado em 20/11/2023.

Recebidos os dados relativos à Receita Corrente Líquida e Despesa Total com Pessoal do ente federativo, procedeu-se ao seu confronto com o plano de custeio apresentado no item **9.2**, identificando atendimento ao Limite Máximo estabelecido na Lei Complementar nº 101/2000 durante todo o período.

Vale ressaltar a distinção estabelecida pela Lei Complementar nº 178/2021 —dando nova redação à alínea c, VI, § 1º, art. 19º da Lei de Responsabilidade Fiscal e esclarecida na Nota Técnica SEI nº 18.162/2021/ME—, ao caracterizar a forma de amortização do deficit atuarial mediante realização de aportes em valores preestabelecidos como recurso vinculado ao RPPS e não considerado como despesa com pessoal perante os limites determinados pela LRF, em contraste com a amortização de deficit realizada mediante aplicação de alíquotas sobre a folha de pagamento, esta sim inserida no conceito de encargo social e computada como despesa a ser considerada no limites da LRF.

Convém reiterar que tais aportes em valores estabelecidos deverão ser administrados e contabilizados isoladamente, permanecendo no mínimo 5 anos em aplicações segregadas, antes de servirem ao pagamento de benefícios previdenciários.

Relativamente à capacidade do ente federativo de arcar com o ônus do plano de amortização, convém frisar a dificuldade dos profissionais da Ciência Atuarial em emitir juízo de valor envolvendo grandezas inerentes ao âmbito da municipalidade, sujeitas a uma dinâmica distante do campo de visão da avaliação atuarial, esta, focada em retratar um momento em que são flagrados valores de ativos garantidores, calculadas provisões matemáticas a partir do manuseio de dados obtidos da base cadastral correspondente a um determinado momento e assumidas hipóteses e premissas preestabelecidas, de modo a permitir projetar no futuro uma estimativa do tamanho do compromisso para com cada segurado do plano de benefícios, trazendo-o ao presente mediante desconto utilizando novas hipóteses, mostrando ao RPPS uma dimensão possível para sua responsabilidade e sugerindo meios para sua abordagem e um adequado tratamento.



ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ASSESSORIA ATUARIAL S/S LTDA.

Confrontada a relação entre a Receita Corrente Líquida, a Despesa Total com Pessoal do ente federativo, os valores previstos para o custeio suplementar e os parâmetros da Lei de Responsabilidade Fiscal, apresentando as situações envolvendo a aplicação de alíquotas ou aportes no plano de custeio suplementar, conforme segue:

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	66.353.819,67
Pessoal Ativo	61.036.255,23
Pessoal Inativo e Pensionistas	5.317.564,44
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	6.066.357,53
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	1.515.971,27
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	4.550.386,26
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	60.287.462,14
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	60.288.225,35

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	134.090.715,43
% do DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	45,0%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <=>	54,0%
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <=>	51,3%
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <=>	48,6%

01 - Histórico

Ente:	Alegre
Ano base da Avaliação	2024
Data Base:	31/12/2023
Data Cálculo:	31/12/2023

	Calculado	Informado
Contribuições do Ente + Parcelamentos (Ano: 2023)		28.323.616,15
Despesas do RPPS- Benefícios e Administrativas (Ano: 2023)		18.403.569,12
Despesa com Pessoal (exceto RPPS)	31.968.197,43	
Dívida Consolidada Líquida – DCL		-9.354.817,89
Resultado Atuarial		4.257.982,41
Média - RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	2,29%	
Média - DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL	-0,87%	

ANO	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL	Inflação do Ano	Inflação Acumulada	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL
2013	61.155.123,13	39.579.518,29	5,91%	88,03%	108.573.839,17	70.268.851,30		
2014	65.200.177,58	43.009.509,11	6,41%	77,54%	108.782.412,29	71.758.671,93	0,19%	2,12%
2015	66.680.475,79	42.932.520,60	10,67%	66,84%	100.526.065,90	64.724.154,17	-7,59%	-9,80%
2016	67.779.419,96	44.269.944,96	6,29%	50,76%	96.135.864,84	62.790.880,29	-4,37%	-2,99%
2017	68.182.437,77	46.194.641,63	2,95%	41,84%	93.936.367,80	63.643.322,07	-2,29%	1,36%
2018	70.492.955,80	37.280.303,87	3,75%	37,77%	93.609.269,13	49.505.400,34	-0,35%	-22,21%
2019	80.178.777,64	36.133.307,30	4,31%	32,79%	102.071.998,69	45.999.689,74	9,04%	-7,08%
2020	89.187.504,06	40.167.920,84	4,52%	27,31%	108.630.504,65	48.924.583,75	6,43%	6,36%
2021	98.220.361,14	40.541.079,52	10,06%	21,80%	108.697.562,42	44.865.611,07	0,06%	-8,30%
2022	126.353.761,50	49.182.431,86	5,78%	10,67%	132.191.305,28	51.454.660,21	21,61%	14,69%
2023	132.438.018,75	60.291.813,58	4,62%	4,62%	132.438.018,75	60.291.813,58	0,19%	17,17%



ESCRITÓRIO TÉCNICO DE APOSSORIA ATUARIAL S/S LTDA.

02 - Incremento do Custeio Especial proposto na RCL projetada do Ente

Ente: Alegre

Impacto do deficit atuarial após a inclusão no Quociente do Limite de Endividamento

-3,85%

ANO	No.	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Despesa com Pessoal (exceto RPPS)	Pessoal Ativo Efetivo (Código 109001 - GA + GF - Todos os Planos)	Aposentadorias e Pensões (Códigos 210000 e 220000)	Contribuição Patronal (Código 121000 - Todos os Planos)	Contribuição Suplementar (Código 130101 - Todos os Planos)	Parcelamentos (Código 130201 - Todos os Planos)	Valor Atual da Cobertura da Insuficiência Financeira (Código 139001)	Insuficiência ou Excedente Financeiro (Código 250001 - Todos os Planos)	Despesa com Pessoal - LRF	Evolução dos Recursos Garantidores (Código 290001)
2023	0	132.438.018,75	31.968.197,43	18.393.152,46	17.514.072,45	4.046.493,54	10.413.087,36	-	-	(554.808,81)	46.982.587,14	98.329.929,27
2024	1	135.474.433,13	31.690.552,78	18.577.083,98	19.052.485,16	4.086.958,48	11.519.649,78	-	-	(834.700,05)	48.131.861,08	102.292.945,60
2025	2	138.580.463,55	31.415.319,49	18.762.854,82	19.398.098,49	4.127.828,06	11.634.846,27	-	-	(998.135,53)	48.176.129,35	106.282.710,09
2026	3	141.757.706,13	31.142.476,60	18.950.483,37	20.139.228,75	4.169.106,34	11.751.194,74	-	-	(1.555.266,16)	48.618.043,83	109.897.192,71
2027	4	145.007.793,53	30.872.003,36	19.139.988,20	20.355.489,22	4.210.797,40	11.868.706,68	-	-	(1.585.687,01)	48.537.194,45	113.657.618,81
2028	5	148.332.395,89	30.603.879,19	19.331.388,08	20.981.047,38	4.252.905,38	11.987.393,75	-	-	(2.023.547,14)	48.867.725,45	117.153.718,09
2029	6	151.733.221,60	30.338.083,68	19.524.701,96	23.023.451,96	4.295.434,43	12.107.267,69	-	-	(3.876.376,72)	50.617.162,52	118.922.902,32
2030	7	155.212.018,24	30.074.596,61	19.719.948,98	23.853.582,98	4.338.388,78	12.228.340,37	-	-	(4.515.036,98)	51.156.362,73	120.124.469,15
2031	8	158.770.573,47	29.813.397,94	19.917.148,47	25.181.757,13	4.381.772,66	12.350.623,77	-	-	(5.649.825,68)	52.195.620,05	120.222.321,73
2032	9	162.410.715,90	29.554.467,78	20.116.319,96	26.429.450,94	4.425.590,39	12.474.130,01	-	-	(6.702.200,17)	53.156.388,35	119.246.811,42
2033	10	166.134.316,09	29.297.786,44	20.317.483,16	26.806.019,10	4.469.846,29	12.598.871,31	-	-	(6.881.495,83)	53.247.999,87	118.039.812,71
2034	11	169.943.287,49	29.043.334,38	20.520.657,99	27.244.051,66	4.514.544,76	12.724.860,02	-	-	(7.120.283,15)	53.403.022,31	116.529.033,45
2035	12	173.839.587,41	28.791.092,25	20.725.864,57	27.560.447,99	4.559.690,21	12.852.108,62	-	-	(7.235.441,79)	53.438.332,87	114.826.245,97
2036	13	177.825.218,02	28.541.040,85	20.933.123,22	27.940.170,98	4.605.287,11	12.980.629,71	-	-	(7.411.914,72)	53.538.872,38	112.859.225,39
2037	14	181.902.227,43	28.293.161,14	21.142.454,45	28.997.719,27	4.651.339,98	13.110.436,00	-	-	(8.264.180,45)	54.319.117,58	109.922.674,56
2038	15	186.072.710,68	28.047.434,29	21.353.878,99	29.117.473,97	4.697.853,38	13.241.540,36	-	-	(8.176.599,76)	54.163.427,79	106.931.959,15
2039	16	190.338.810,84	27.803.841,57	21.567.417,78	29.320.210,47	4.744.831,91	13.373.953,77	-	-	(8.169.927,52)	54.092.556,77	103.801.534,40
2040	17	194.702.720,14	27.562.364,46	21.783.091,96	29.517.279,01	4.792.280,23	13.507.695,32	-	-	(8.155.493,23)	54.017.833,25	100.532.506,77
2041	18	199.166.681,05	27.322.984,59	22.000.922,88	29.455.102,84	4.840.203,03	13.642.772,28	-	-	(7.879.699,20)	53.685.659,11	97.385.847,77
2042	19	203.732.987,45	27.085.683,74	22.220.932,11	29.141.510,95	4.888.605,06	13.779.200,00	-	-	(7.350.353,28)	53.103.842,09	94.627.317,37
2043	20	208.403.985,84	26.850.443,86	22.443.141,43	28.627.359,83	4.937.491,11	13.916.992,00	-	-	(6.618.290,58)	52.323.217,55	92.483.617,23
2044	21	213.182.076,49	26.617.247,04	22.667.572,84	28.276.386,41	4.986.866,03	14.056.161,92	-	-	(6.047.226,47)	51.707.501,45	90.819.930,95
2045	22	218.069.714,70	26.386.075,54	22.894.248,57	28.010.401,47	5.036.734,69	14.196.723,54	-	-	(5.558.949,93)	51.178.483,69	89.574.963,37
2046	23	223.069.412,09	26.156.911,77	23.123.191,06	27.646.691,20	5.087.102,03	14.338.690,77	-	-	(4.970.725,14)	50.553.429,72	88.871.628,66
2047	24	228.183.737,84	25.929.738,29	23.354.422,97	27.296.914,52	5.137.973,05	14.482.077,68	-	-	(4.394.188,80)	49.943.977,83	88.724.492,04
2048	25	233.415.320,04	25.704.537,82	23.587.967,20	26.852.962,03	5.189.352,78	14.626.898,46	-	-	(3.721.209,05)	49.241.998,12	89.259.613,47
2049	26	238.766.847,04	25.481.293,22	23.823.846,87	26.207.841,85	5.241.246,31	14.773.167,44	-	-	(2.844.771,35)	48.340.478,33	90.718.866,29
2050	27	244.241.068,82	25.259.987,51	24.062.085,34	25.594.716,03	5.293.658,77	14.920.899,12	-	-	(1.998.014,82)	47.472.560,23	93.117.124,55
2051	28	249.840.798,41	25.040.603,85	24.302.706,19	24.868.738,16	5.346.595,36	15.070.108,11	-	-	(1.036.069,93)	46.493.377,25	96.618.410,00
2052	29	255.568.913,34	24.823.125,53	24.543.733,25	24.177.788,60	5.400.061,32	15.220.809,19	-	-	(106.793,69)	45.550.789,73	101.243.301,96
2053	30	261.428.357,10	24.607.536,03	24.791.190,59	23.520.309,55	5.454.061,93	15.373.017,28	-	-	791.395,31	45.434.615,24	107.015.008,24
2054	31	267.422.140,67	24.393.818,92	25.039.102,49	22.894.815,17	5.508.602,55	15.526.747,46	-	-	1.660.006,73	45.429.168,92	113.959.420,54
2055	32	273.553.344,08	24.181.957,95	25.289.493,52	22.335.397,68	5.563.688,57	15.682.014,93	-	-	2.464.972,44	45.427.661,46	122.068.796,41
2056	33	279.825.117,96	23.971.937,00	25.542.388,45	21.767.910,57	5.619.325,46	15.838.835,08	-	-	3.280.463,25	45.430.097,54	131.411.002,04
2057	34	286.240.685,17	23.763.740,09	25.797.812,34	21.228.437,78	5.675.518,71	15.997.223,43	-	-	4.070.419,78	45.436.482,23	142.020.286,20
2058	35	292.803.342,48	23.557.351,37	26.055.790,46	20.715.744,28	5.732.273,90	16.157.195,66	-	-	4.836.101,85	45.446.820,94	153.933.866,57



ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ASSESSORIA ATUARIAL S/S LTDA.

ANO	No.	Impacto da Despesa Total de Pessoal na RCL	Relação com Limite Prudencial (Parágrafo único do art. 22 da LRF)	Resultado Financeiro
2023	0	35,48%	-30,85%	
2024	1	35,53%	-30,74%	4,03%
2025	2	34,76%	-32,23%	3,90%
2026	3	34,30%	-33,15%	3,40%
2027	4	33,47%	-34,75%	3,42%
2028	5	32,94%	-35,78%	3,08%
2029	6	33,36%	-34,97%	1,51%
2030	7	32,96%	-35,75%	1,01%
2031	8	32,87%	-35,92%	0,08%
2032	9	32,73%	-36,20%	-0,81%
2033	10	32,05%	-37,52%	-1,01%
2034	11	31,42%	-38,74%	-1,28%
2035	12	30,74%	-40,08%	-1,46%
2036	13	30,11%	-41,31%	-1,71%
2037	14	29,86%	-41,79%	-2,60%
2038	15	29,11%	-43,26%	-2,72%
2039	16	28,42%	-44,60%	-2,93%
2040	17	27,74%	-45,92%	-3,15%
2041	18	26,96%	-47,46%	-3,13%
2042	19	26,07%	-49,19%	-2,83%
2043	20	25,11%	-51,06%	-2,27%
2044	21	24,26%	-52,72%	-1,80%
2045	22	23,47%	-54,25%	-1,37%
2046	23	22,66%	-55,82%	-0,79%
2047	24	21,89%	-57,33%	-0,17%
2048	25	21,10%	-58,88%	0,60%
2049	26	20,25%	-60,53%	1,63%
2050	27	19,44%	-62,11%	2,64%
2051	28	18,61%	-63,72%	3,76%
2052	29	17,82%	-65,26%	4,79%
2053	30	17,38%	-66,12%	5,70%
2054	31	16,99%	-66,89%	6,49%
2055	32	16,61%	-67,63%	7,12%
2056	33	16,24%	-68,35%	7,65%
2057	34	15,87%	-69,06%	8,07%
2058	35	15,52%	-69,74%	8,39%

Convém frisar que a forma de amortização do deficit atuarial mediante realização de aportes em valores preestabelecidos —e não por incidência de alíquotas— configura recurso vinculado ao RPPS, não representando peso a ser computado entre as despesas com pessoal na contabilização do ente federativo.



ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ASSESSORIA ATUARIAL S/S LTDA.

Observação: conforme o disposto no § 8º do art. 55 da Portaria MTP nº 3.803/2022, aportes atuariais realizados em valores deverão ser controlados separadamente e cumprir permanência mínima de 5 anos em aplicações financeiras.

Diante desse quadro, manifestamos nosso entendimento pela adequação do plano de custeio em curso, tendo em vista a perseguição ao equilíbrio financeiro e atuarial do sistema e os recursos técnicos atuariais disponíveis, reiterando o inconveniente produzido pela manipulação de incertezas envolvidas em torno de dados, premissas, estimativas e projeções inseridos num contexto, com mais que prováveis efeitos sobre decisões a serem tomadas pelos poderes municipais em função das particularidades associadas a arrecadação, manutenção de pessoal, dissídio coletivo e tantas variáveis componentes de uma equação dinâmica, invisível ao olhar de um estudo atuarial posicionado em uma data congelada no contexto da complexa administração da municipalidade.

Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,

Escritório Técnico de Assessoria Atuarial S/S Ltda
Richard Mendes Dutzmann
Sócio - Diretor